

Igreja não quer o plenário vazio

“Num País em que a maior parte dos eleitores obedece a horários árdios de trabalho, espera-se que não falte aos representantes do povo o mesmo empenho em assumir suas tarefas”. O alerta é do secretário-geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Dom Luciano Mendes de Almeida, durante entrevista exclusiva ao **CORREIO BRAZILIENSE**.

Dom Luciano entende que a expectativa do povo “está numa atuação intensa por parte dos constituintes, por isso, é de se esperar que os hábitos do passado sejam substituídos por uma presença assídua, que garanta ao debate toda a amplidão de sua participação”.

Quanto à divulgação obrigatória dos trabalhos da Constituinte no rádio e na televisão, Dom Luciano não só apóia esta idéia, como a considera prioritária. “A importância da TV cria uma condição nova para esta Constituinte e permite um acompanhamento permanente por parte da população”.

Sobre a possibilidade de os constituintes, por maioria de votos, alterarem a Constituição em vigor, o secretário-geral da CNBB espera que essa questão seja resolvida “à luz dos princípios jurídicos”. De acordo com Dom Luciano, “uma constituinte que se anunciou como aberta à participação popular, embora soberana, não deveria prescindir de um período

razoável para que esta participação popular pudesse se efetivar”.

Em relação ao Governo indicar ou não um líder na Constituinte, Dom Luciano entende que “a orientação do Governo pode ser sugestiva, mas deve respeitar a liberdade de posicionamento por parte dos que representam o povo com plena autoridade, de modo que atuem conforme a própria consciência e a delegação recebida”.

— E de se desejar a harmonia entre a liberdade de consciência do constituinte e, por outro lado, a possibilidade de ações conjuntas que expressem não os interesses do partido, mas a justiça das causas — afirmou Dom Luciano.

O secretário-geral da CNBB lembrou que a Igreja nomeou uma comissão especial que acompanhará todos os trabalhos da Constituinte, pois “a Igreja não pode se omitir quanto à elaboração da Carta Magna do País”. Dom Luciano ficou satisfeito de saber, através de uma pesquisa divulgada pela revista *Veja*, que a maioria dos constituintes é contra o aborto.

“O importante é o posicionamento em favor da vida, que está na raiz da existência do aborto. É impossível pensar com coerência numa lei baseada na dignidade da pessoa humana que inclua o direito de matar o inocente e indefeso pelo aborto provocado”, disse Dom Luciano.